



Anais da Assembléia

Nº 49

CURITIBA, SEGUNDA FEIRA, 19 DE MAIO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 67ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1975

(SEGUNDA — FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Quielse Crisóstomo.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otassio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Domicio Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, João Cione Netto, José Domingos Scarpellini, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes. (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE —

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO —

procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução N. 39/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição N. 01/75, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, e o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, objetivando aplicação de recursos na Assistência à Deficientes físicos.

Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução N. 39/75

Art. 1º Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, objetivando aplicação de recursos destinados à assistência a deficientes físicos.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução N. 39/75

Proposição N. 01/75

PARECER

É encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, objetivando aplicação de recursos destinados à assistência a deficientes físicos.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso o nosso parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Pela aprovação

Sub-censura

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE —

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 20, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

2ª — do Projeto de Resolução N. 39/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1975

(SEGUNDA — FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada

pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Lúcio Machado.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra. Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otásio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Domicio Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes. (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. MUGGIATI FILHO - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requeiro a chamada dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE. -

A Mesa defere. O Sr. primeiro Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados, para verificação do quorum. (É FEITA A CHAMADA)

O SR. PRESIDENTE. -

Responderam a chamada 20 Srs. Deputados.

Há número para prosseguimento da sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO. -

procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO. -

procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno da Casa, REQUER,

após ouvido o plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, dia 18, do Senhor PEDRO KAMPA, residente na cidade de Araucária, no lugar denominado Campina das Pedras.

Solicita o signatário, após ouvido o plenário, seja dado ciência à família enlutada nas pessoas dos Srs. Ignácio Kampa e João Kampa, ambos residentes naquela cidade.

Sala das Sessões em, 19 de maio de 1975.

a) Mauricio Fruet.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, Requer seja endereçado, ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, apelo no sentido de incluir, nos estudos da próxima revisão da organização judiciária, a criação de duas varas cíveis, na Comarca de Cianorte, necessárias ao atendimento da intensa demanda de prestações judiciais, atualmente muito superior à capacidade dos serviços instalados.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofícios aos Exmos. Srs. Deput

Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, solicitando, com urgência, reformar a ponte sobre o rio Iguaçu, entre os Municípios de Curitiba e São José dos Pinhais - ligação do Xaxim ao Bairro Sta. Mônica.

Há pouca distância do asfalto que atende o Jardim Paranaense (Curitiba) a referida ligação intermunicipal encontra-se interrompida já há algum tempo em virtude da péssima condição em que se encontra a ponte - conforme se verifica pela fotografia anexa - fato que vem provocando sérios problemas aos moradores da região.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1975.

a) MAURICIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja enviado ofício ao Sr. Secretário dos Negócios de Saúde Pública e do Bem Estar Social, sugerindo a instalação e ativação de COMANDOS SANITÁRIOS PERMANENTES, os quais deverão agir junto a bares e

restaurantes cujas condições de higiene coloquem em risco a saúde de seus frequentadores.

Requer ainda o Deputado signatário do presente documento que se enfatize junto ao titular da Pasta da Saúde e de Bem Estar Social, a necessidade da realização de intensa campanha educativa através de todos os meios de comunicação, cujo objetivo principal seja ESCLARECER OS SRS. PROPRIETÁRIOS DE BARES E RESTAURANTES, ASSIM COMO BALCONISTAS E DEMAIS FUNCIONÁRIOS, DA IMPORTÂNCIA DA ADOÇÃO E EMPREGO DOS MAIS SALUTARES PRECEITOS DE HIGIENE.

Palácio "19 DE DEZEMBRO", 19 de maio de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA: (feita do plenário).

O SR. PRESIDENTE. —

Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sempre que existem preocupações em termos de Paraná, nos encontramos aqui para, com nossa modesta palavra, tentarmos procurar solução para os mais variados problemas que atingem nosso Estado.

Hoje, nossa preocupação é com respeito à situação de angústia que assola todo o comércio e a indústria de nosso Estado. E podemos ir um pouco mais além, essa crise não é só estadual, mas também nacional e até internacional, em função da falta de capital de giro e de uma retração bancária que ocasiona uma crise financeira das mais graves dos últimos anos.

Verificamos que vários comerciantes de pequeno, médio e grande porte, estão frequentando sérias dificuldades, não tendo condições de resolver seus problemas junto à Fazenda do Estado.

Assim é que elaboramos um projeto de lei, e pedimos a atenção não só dos nossos companheiros de bancada, mas do Líder e dos ilustres Deputados da Arena, para que examinem com o máximo carinho esta nossa iniciativa que tem por escopo anistiar os devedores para com o Estado, dando-lhes condições para que, de acordo com nosso projeto, possam saldar seus débitos com um critério mais humano, a fim de não persistirem esses débitos por mais tempo, e com isso, a situação de insolvência para esses comerciantes, esses devedores.

O nosso projeto está elaborado com os seguintes termos: (LÊ)

PROJETO DE LEI N. 58/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

ART. 1º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a anistiar as multas impostas aos devedores da Fazenda Pública desde que liquidem, no prazo de 90 (noventa) dias, todos os seus débitos para com o Estado;

ART. 2º — Ficam amntidos os juros de seis por cento ao ano, incidentes sobre as dívidas já apuradas;

ART. 3º — Os débitos poderão ser parcelados na Secretaria da Fazenda, pelo prazo que for estipulado pelo Sr. Secretário não podendo ultrapassar o limite máximo de sessenta meses, considerado, sempre, o valor do débito;

ART. 4º — Os débitos já ajuizados gozarão da mesma regalia, respondente o devedor pelas cominações legais, excluída a multa referida no artigo primeiro;

ART. 5º — O não pagamento de duas prestações consecutivas suspende o parcelamento e determina a cobrança do débito pelo seu total, acréscimo de juros, correção monetária e multa;

ART. 6º — O benefício previsto nesta Lei é estendido aos débitos já parcelados, que deverão, a requerimento da parte interessada, ser revistos e reajustados na Secretaria da Fazenda;

ART. 7º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1975

aa) NELSON BUFFARA.

JUSTIFICAÇÃO:

É fato e inconteste que o comércio estadual está enfrentando séria crise financeira que o impossibilita de cumprir, pontualmente, com as obrigações pecuniárias assumidas, inclusive com o erário público. É tão aflitiva sua situação que muitos comerciantes, no esforço desesperado de manutenção de seus comércios, contraem empréstimos onerados com correção monetária, juros e taxas de expediente, que contribuem para adiar uma debacle total, mas que acabam por representar verdadeira sobrecarga, impossível de, a curto prazo, ser superada com o movimento comercial que mantém. Há porém, a certeza de que o comércio está a atravessar uma fase de transitoriedade, que culminará com a consolidação financeira dos que conseguirem ultrapassar a fase crítica. Ao Estado, como um dos principais interessados na sobrevivência do comércio e da indústria, como fontes geradoras de recolhimentos de tributos, compete oferecer condições de sobrevivências aqueles que, lutando pela consolidação de suas atividades, estão também compartilhando de um esforço de desenvolvimento do próprio Paraná, à procura de um padrão firme, positivo, e gerador de melhores empregos, maior expansão e, conseqüentemente, aumento de arrecadação.

Pelos argumentos invocados, o Plano de Lei mostra-se oportuno, estando a merecer a aprovação legislativa e a sanção governamental".

Queremos que os Srs. Deputados da Arena, como sempre fazem, com total isenção de ânimo, analisem a nossa iniciativa e votem, senão com o coração, pensando no Paraná se resolva de uma vez por todas e possamos, doravante, segundo o Sr. Secretário da Fazenda, punir os que sonegam mas também para encontrarmos uma solução para, com esta anistia, dar condições à Secretaria da Fazenda para que, com esta medida, possamos punir os sonegadores. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE. —

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados

O assunto que nos traz novamente a esta tribuna é concernente ao problema de registro na Universidade Federal do Paraná. Estamos neste instante encaminhando o requerimento ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Sr. Teodósio Aterino e que passarei a ler. Pedimos o apoio das duas bancadas para que haja solução favorável a este requerimento que irá beneficiar os alunos que porventura seriam registrados naquela Universidade (LÊ)

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja dirigido apelo ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Senhor Thodósio Jorge Atherino, no sentido de que providências sejam tomadas junto a Divisão de Registro e Controle Acadêmico daquela Universidade para abreviar o prazo para registro de diplomas, de vez que atualmente esse setor vem demorando cerca de oito meses para efetuar um registro.

O presente APELO tem por fundamento diversas solicitações recebidas por este Deputado, de professores do interior do Estado, que têm diplomas para serem registrados, causando muitas vezes, dificuldades e prejuízos de ordem administrativa e financeira aos interessados.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1975

Contando com o apoio desta augusta Casa esperamos que S. Exa. o Magnífico Reitor saiba entender a nossa mensagem. Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (LENDO)

Esta semana é uma das mais significativas da história do Paraná. E que, homens integrados em tantos setores da atividade brasileira, reúnem-se nesta Capital para a XXII Convenção do Lions Club.

A terra dos pinheirais, seus homens, sua gente, as suas instituições, o seu governo recebem de braços abertos os "leões" oriundos dos mais distantes pontos do País, que aqui chegam, fazendo de Curitiba a hospedaria do leonismo brasileiro.

Realiza-se nestes dias uma das maiores Convenções Nacionais do valoroso Clube de Serviço. E a Assembléia Legislativa, como não poderia deixar de ser, sente-se deveras orgulhosa pela efeméride. Cerca de oito mil "leões" dos recantos brasileiros, conhecendo Curitiba, o Paraná e sua gente boa. Com isso o hospedeiro ganha porque nas plagas brasileiras, nas cidades que aqui se fazem representar, estará um pouco do Paraná, a sua história, a primeira Universidade brasileira, seus tropeiros e suas primeiras estradas carroçáveis.

Mas o que é o leonismo?

Resume-se na união para servir, independente de religião, raça, ideologia ou posição social. Leões são os homens que se julgam predestinados a servir através de atividades sociais, culturais junto à comunidade. E o leonismo fez muito, faz e fará para

a redenção do homem em suas primeiras e últimas necessidades. É um clube internacional. Não tem pátria. Só tem companheiros. O lema é um só: NÓS SERVIREMOS. A ajuda prende-se aos vínculos espirituais. A sua divisa é, liberdade, inteligência, ordem, nacionalidade e serviço. Significa a profissão de fé que cada leão tem que viver no seu trabalho.

Leonismo é luta pela dignidade. Leonismo é forma de lealdade, de o indivíduo ser sincero consigo mesmo. O leonismo é a ética dos próprios atos, diante do próximo e de Deus.

Leonismo significa a luta pelos deveres junto ao Estado. Equivale o leonismo socorrer o próximo e levantar o fracassado. A filosofia leonística é o exercício da cidadania. Exercício este renovável, consentâneo com a evolução da história e dinâmica do homem, sua luta, seu ideal, suas necessidades e suas esperanças.

Leonismo é uma forma de PODER. Não poder nas dimensões restritas da política, da religião ou de uma ideologia. PODER, isto sim, na supremacia do espírito, aquela forma significativa de fazer do homem um ser livre, um ser pensante.

Por isso, Srs. Deputados, nestes dias em que nossa Capital hospeda os Leões brasileiros, evocados os objetivos do leonismo para mais um aprendizado bem significativo em nossa forma de agir.

É importante que em nosso trabalho, como representantes do povo, façamos uma bandeira que possa sempre tremular tranqüila nos ventos do ideal.

Leonismo tem esta bandeira em tantas partes do mundo.

Por essa razão, Srs. Deputados, encaminhamos à Mesa o seguinte requerimento (LÊ)

Senhor Presidente

Realiza-se nesta semana, a XXII Convenção Nacional do Lions Club na cidade de Curitiba.

O importante acontecimento deverá reunir em nossa Capital, conforme está amplamente divulgado, mais de oito mil pessoas, oriundas dos mais diversos pontos do País.

Assim, considerando que nos referidos conclaves, além do grande entrelaçamento de amizade e companherismo, surge excelentes resultados em benefício da comunidade, o Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o plenário, que se registre nos trabalhos desta Casa, votos de congratulações com o Lions Club de Curitiba, pela importante iniciativa.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI

Esperamos que esta Casa dê o apoio integral ao nosso Requerimento.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, quarto orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LENDO):

"Preocupado, neste final de semana, fui visitar servidores públicos estaduais.

É que li, nos jornais, as declarações do ilustre Deputado

Ivo Thomazoni, e fiquei sabendo que apenas 14 por cento dos funcionários públicos estaduais ganham no nível do salário m.l.

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, descobri que o Sr. Ivo Thomazoni não é apenas o advogado da causa ingrata de defender a política salarial do Governo; não é apenas o hábil motorista de robôs que ele acende e apaga a bel prazer; não é apenas o defensor do terror fiscal, nesta Casa, que o ilustre Secretário da Fazenda já começou a implantar no Paraná, mas é também um alquimista de números, que consegue transformar a sofrida classe dos servidores públicos em felizes e prósperos bem remunerados funcionários, que festejam, ao final de cada mês, os gordos salários que recebem dos cofres públicos.

A imaginação quimérica do Deputado Ivo Thomazoni, que confunde, que modifica conceitos e que altera situações reais, num trágico jogo de faz de conta, é uma prova de obstinação que não se coaduna com o brilhante passado político de S. Exa. cuja tradição de lutas inclui, inclusive, sua presença neste lado em que hoje estamos, lutando contra o mesmo espetáculo ridículo que se constitui o tratamento do Governo do Estado para com os seus servidores.

Os milagres contados pelo líder da Maioria à imprensa, lembramos as estórias duendes que eram enviadas pelos monarcas para divertir o povo e tirar proveito da credence popular. Os funcionários públicos seriam uns nababos, no seu entender, talvez todos com salários de Juizes do Tribunal de Contas, talvez todos aguardando aposentadorias idênticas e de alguns apaniguados que como qualidade e inteligência têm apenas o fato de serem afins dos governantes. Eu só gostaria que o Sr. Líder da Maioria, que conseguiu da Secretaria dos Recursos Humanos com tanta rapidez os dados que entregou à imprensa, fosse mais explícito nesta Casa do povo e trouxesse para nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as informações estatísticas que levou à imprensa. Digo mais, Deputado Ivo Thomazoni, queria fazer um desafio a V. Exa. e estou apresentando neste momento um requerimento à Secretaria de Recursos Humanos do Governo a propósito dos funcionários públicos. Queria que V. Exa. tão rápido em levar aos órgãos de comunicação o desmentido as palavras deste deputado, terá a coragem democrática de permitir que os seus colegas teleguiados comandados da ARENA votem a favor deste requerimento. Quero que V. Exa., ao manobrar os cordeis da bancada da Arena, que estão em suas mãos, consiga que este requerimento chegue às mãos do ilustre Secretário Gastão de Abreu Pires, para que os funcionários públicos do Paraná e o povo do Paraná saiba quem está equivocado nesta Casa: se este deputado que afirmou que a maioria dos funcionários públicos ganha no nível do salário mínimo ou se V. Exa. que disse aos jornais que apenas quatorze por cento dos funcionários públicos estão assim nivelados".

O SR. GILBERTO CARVALHO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Gostaria que o tempo do aparte do Sr. Gilberto Carvalho fosse descontado.

O SR. GILBERTO CARVALHO – O nobre Deputado Otássio Pereira vem falando no Pequeno Expediente, mas eu creio que, na forma regimental, seria o Grande Expediente, pois está dito aí, é um desafio à Bancada e quero fazer um apelo para que o fizesse no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE – Fica a sugestão ao nobre Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Gostaria que V. Exa. descontasse o tempo que o deputado Gilberto Carvalho usou.

O SR. PRESIDENTE – Será descontado exatamente.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Gostaria que o nobre Deputado Ivo Thomazoni levasse à imprensa tão depressa como trouxe aqui. Eu, ao conversar com funcionários públicos, tive a notícia de que funcionários com 10 anos de serviço ganham 400 cruzeiros por mês. Mas, continuando. (Lê): "O esclarecimento, se V. Exa. permitir, nos ofereça subsídios para não cometer o equívoco de que somos acusados, pois nós apenas recebemos as informações do povo, já que as portas do Governo são fechadas por V. Exa., todas as vezes em que desejamos saber de algum fato que consideramos imposter para a fiscalização que pretendemos exercer nesta Casa.

Eu gostaria de terminar este meu pronunciamento e lembrar o grande Erasmo de Rotgermam e lembrar as ordens que alguns recebiam e que ele conta com muita propriedade. As ordens eram de aparentar uma fisionomia satisfeita, aprovar abanando a cabeça ou simplesmente dizer com ar de importância: "Bravo, justamente. Bravo. Muito Bem".

É interessante como, nesta Casa, uma parcela de companheiros nossos lembra a narrativa de Rotherdam a propósito dos tolos".

O que nós vemos aqui é um movimento para que requerimentos sobre informações não passem nesta Casa. É contra isso que nós do MDB nos rebelamos.

Vamos passar às mãos de V. Exa. o seguinte requerimento e gostaria que a Bancada da Arena aprovasse este requerimento porque o que queremos é informações.

O SR. PRESIDENTE – Descontado o tempo usado pelo nobre

Deputado Gilberto Carvalho, o Deputado tem mais 5 minutos para completar sua oração.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – (Lê):

REQUERIMENTO

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, o seguinte rol de questões para o esclarecimento desta Casa:

1 – O líder do Governo, nesta Casa, declarou aos jornais que o Paraná possui 94.000 funcionários públicos e que apenas quatorze por cento ganham salário mínimo. Gostaria de saber, por vencimentos, quanto ganham os restantes oitenta e seis por cento, com a necessária discriminação por níveis.

2 – O Governo está estudando aumento para os servidores? Pelo que este Deputado deduziu, de recente entrevista do Secretário de Finanças, Jayme Prosdócimo, o Paraná já estava muito bem na área das finanças antes das últimas providências do Governo Federal em favor do Estado. Se o Estado vai bem, se a máquina de arrecadação também é eficiente, como enfatizou à imprensa o próprio Secretário, porque o Governo do Estado não melhora os salários dos servidores?

3 – Existem ainda no Estado funcionários "recibados"? Se existem, quanto ganham, para que Instituto recolhem e qual a garantia trabalhista que o Estado lhes oferece?

4 – Quantos funcionários de nível universitário o Estado possui atualmente? Gostaria, se possível, de uma relação discriminada do pessoal técnico-universitário por categoria funcional, seus salários no quadro dos servidores públicos

estaduais e seus salários nas empresas de economia mista do Estado.

5 - Qual o vencimento médio de um fiscal na Secretaria da Fazenda?

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1975

a) OTÁSSIO PEREIRA."

Era este, Sr. Presidente, nosso despretensioso requerimento, que gostaria fosse aprovado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estranho que o eminente Deputado Otássio Pereira, no Pequeno Expediente, lance um repto a este Líder, qualificando meus companheiros de Bancada de Deputados teleguiados.

A falta de coleguismo de S. Exa. me traz a tribuna para dizer que S. Exa. quando falou da situação aflitiva dos funcionários da administração direta e indireta do Estado, faltou com a verdade, porque falou - e as notas taquigráficas registram o que S. Exa. disse - que a maioria dos funcionários públicos do Estado do Paraná percebe ao nível de salário mínimo. Para mim, a maioria de 98.720 funcionários, representa 49.861.

A bem da verdade, devo dizer que o Governador Jayme Canet Junior, mesmo antecipando-se a qualquer grito de qualquer Deputado da Oposição, no instante em que o Sr. Presidente da República autorizou o aumento do salário mínimo, no dia imediato à publicação do decreto presidencial, determinou à Secretaria de Recursos Humanos a atualização dos vencimentos do funcionalismo público estadual.

Não haverá de ser o Deputado Otássio Pereira que haverá de fazer com que nossa Bancada mude peste Plenário de comportamento leal para com a Oposição e não qualifique de defensores de um terrorismo fiscal. Que terrorismo fiscal é este que existe no Paraná, onde a sonegação do ICM chega à casa de 70 por cento, quando em outros Estados se observa a máquina fazendária exercendo, isso si, pressão fiscalizadora, não permitindo sequer que um produto saia da casa do colono para chegar a um depósito sem ter uma guia de controle. Onde se admite sequer que uma rez passe de uma para outra fazenda, mesmo sob a denominação de engorda, sem que tenha uma guia de controle.

Estamos consicentes de nosso papel nesta Casa, que é de evitar que neste Estado se instaure a baderna administrativa, porque no instante em que S. Exa. clama por vencimentos maiores dos funcionários públicos, ao mesmo tempo quer evitar que a fiscalização atue no sentido de dotar o Tesouro do Estado com suficiente numerário para fazer face às despesas orçamentárias e pagamento do funcionalismo público.

O que quer S. Exa., é que não se cobre imposto, e que se pague cada vez mais aos funcionários públicos, esquecendo-se que o Governo do Estado não dispõe de máquina para fabricar dinheiro. O que é preciso, é que haja da parte dos Srs. Deputados e do Deputado Otássio Pereira - que me perdoem - um pouco mais de bom senso, um pouco mais de equilíbrio, e quem sabe até um comportamento mais razoável, no sentido de que haja equilíbrio também das finanças e do Governo do Estado, mas que não se irrite, quando nós desmentimos desta tribuna que 14.500 funcionários não são a maioria dos funcionários públicos.

No instante em que automaticamente S. Exa. me fizer acreditar que 14.500 representam mais da metade de 90.520, coloco a mão à palmatória.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE Concedo a palavra ao sexto orador inscrito. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ha quase três meses estamos em exercicio deste mandato legislativo. Quase duas dezenas de requerimentos formulamos aos mais diversos Departamentos de Estado, principalmente a Secretarias, inclusive requerimentos à Presidência, solicitando informações que correspondessem àquilo que queremos alcançar.

Entretanto, por incrível que pareça, somente um requerimento nosso mereceu a atenção de um Departamento do Governo, e diga-se de passagem, foi bem atendido. Medidas foram tomadas, problemas resolvidos e os erros sanados. Mas, por que os outros requerimentos dormem na mesa dos destinatários? Ou nós somos Deputados com responsabilidade na fiscalização da coisa pública deste Estado do Paraná, ou seremos simplesmente artistas que se apresentam num palco dantesco, todos os dias, numa réplica quase uonstante, sem nenhum resultado objetivo, pelo menos para mitigar as esperanças de um povo desesperado que é o povo do Estado do Paraná?

Entrarei em breve com um requerimento. Sr. Presidente, perguntando onde estão tramitando todos aqueles requerimentos que apresentamos nestes três meses de mandato parlamentar.

Ainda não sei a quem requererei, porque sentimos que acima de nossa condição de parlamentar, de representante do povo nesta Casa, temos o compormisso moral e político com o povo, e por isso mesmo buscamos as informações, que agimos policiando os fatos, a fim de verificarmos os acontecimentos.

Quero, nesta oportunidade, agradecer ao IPE, o único Departamento do Governo que deu atendimento a um dos meus requerimentos. Está de parabéns o IPE que tem à sua frente, de fato um comandante, um timoneiro. Porque, apresentamos, queixas àquele Instituto, desta tribuna, em relação ao atendimento que se fazia em nossa cidade, Santo Antonio da Platina. E dez dias depois da apresentação do nosso requerimento, funcionários do IPE estavam fazendo um levantamento às portas dos hospitais. E num laboratório de Análises Clínicas que tinha, em sua porta, uma placa "não atendemos o IPE", teve essa placa retirada.

Os médicos que exigiam 4, 3 e até 5 requisições para o atendimento de uma consulta, estão agora atendendo com uma única requisição.

Então, deixamos aqui, nosso paranéns e pedimos que se faça constar na Ata de nosso trabalho de hoje, ao Superintendente do IPE, único Departamento do Estado que deu atendimento a um requerimento deste Deputado.

- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há muito tempo passado em minha cidade, foi feita uma torre de retransmissão nos Canais de TV da Capital.

Existiam em Ponta Grossa a retransmissão dos Canais 4, 6 e 12. Posteriormente, através de um Ato da Prefeitura de minha cidade, fez com que uma nova torre de retransmissão dos Canais de TV fossem elaboradas a custeio do município.

Houve, nesta construção, quando éramos Vereador no município, diversas correntes políticas a favor e contra manobras da repetidora, a maioria, inclusive do voto deste Deputado que era Vereador, foi construída a nova torre repetidora dos Canais de TV nesta Capital.

Posteriormente, ao entrar em função esta nova torre repetidora, diversos fatos ocorreram no município, diversas correntes políticas fizeram com que um Canal de retransmissão de um dos Canais da Capital fosse cerceado ao nosso município, mais particularmente o Canal 4 - TV Iguaçu.

Houve, por parte de todas as autoridades constituídas, uma luta geral em favor do povo que reclamava aquele Canal a ser repetido como era feito no nosso município, e regiões dos Campos Gerais.

Como o parecer era da alçada administrativa federal, como o trabalho teria quer feito diretamente ser com o Sr. Ministro das Comunicações do Brasil, fez com que o nosso representante da Câmara Alta, se entendessem através da Liderança na nossa comunidade, para que novamente aquele Canal fosse ele repetido e depois, as autoridades constituídas, tivemos a satisfação de ver que, em Brasília, um Sr. Deputado Federal falou em nome de Ponta Grossa, em nome do povo que reclamava, através de mais de 30 mil assinaturas colhidas junto ao povo de minha cidade, dos Srs. cidadãos dos Campos Gerais, levantou-se a sua voz em benefício daquele registro pelo povo e em detrimento de todas as famílias pontagrossenses e este Deputado, para gaudir não nosso, mas da família de Ponta Grossa, foi um Sr. Deputado do MDB, um companheiro meu no tempo das eleições, José Gomes do Amaral, e quero tornar público a esta Casa ao Paraná que minha região possui mais de cinco ou seis Deputados Federais ligados diretamente à minha cidade e somente o nosso companheiro teve a independência e a coragem de fazer com que as autoridades da Nação Brasileira viessem a tomar conhecimento.

Está registrado nos Anais da Câmara Federal este discurso desse nosso companheiro que levou à Câmara Alta e ao Senado da República que não é de nosso Partido mas tem suas vistas voltadas à nossa região que é o Senador Accioly Filho, e neste momento, quando fazemos referências ao nosso companheiro José Gomes do Amaral, não podemos deixar de reconhecer que houve a participação efetiva do ilustre Senador Accioly Filho.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nossa interferência neste pronunciamento é para lembrar a V. Exa. que é pregador da Justiça, que o Deputado David Federmann foi o primeiro homem a levar sua voz como faz V. Exa. neste instante também, com relação a problemas que aborda da tribuna. Fazemos a justiça devida que foi apresentado requerimento a esta Casa pelo ilustre Deputado, no sentido de que voltasse a funcionar as transmissões de Ponta Grossa e Campos Gerais. Era esta pequena retificação que V. Exa. omitiu, no seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Gabriel Sampaio. Quero, nesta passagem pela tribuna, dizer que na última quarta-feira, quando nos preparávamos a fazer uma viagem ao interior do Paraná para a reestruturação de novos Diretórios, havíamos nos inscrito para falar no Grande Expediente, o que não foi possível porque o tempo foi tomado pelo nosso companheiro Adalberto Daros. Fizemos com que, então, nossa inscrição fosse feita na explicação pessoal, quando o Deputado Gabriel Sampaio estava na Presidência dos trabalhos.

Nós que possuímos mandato de Deputado Estadual, sentimos que estava longe de nosso alcance, através de requerimento e indagação por intermédio do Governo do Estado, porque com o Deputado David Federmann, com o Prefeito de Ponta Grossa, com o Presidente da Câmara de Vereadores de minha cidade e ainda com a presença de outros líderes da cidade,

havíamos por duas vezes entrado em contacto com o Governador do Estado, que nos informou que realmente este assunto era de ser tratado na esfera federal.

O SR. JURANDIR MESSIAS - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pediria perdão a V. Exa. pela minha intromissão, mas queria nesta oportunidade, pedir que V. Exa. acrescentasse que não são só cinco ou seis Deputados federais que estão vinculados em nossa querida Capital do Estado do Paraná.

V. Exa. também deverá acrescentar mais este modesto Deputado Estadual, que todas as vezes forem levantadas vozes, como faz V. Exa. no sentido de atender os reclamos do povo de Ponta Grossa, V. Exa. poderá contar com meu beneplácito, especialmente quando se tratar de Ponta Grossa.

Peço desculpas pela minha intromissão e fica aqui o meu concorde, com todos os requerimentos que V. Exa. encaminhar à casa, no sentido de beneficiar Ponta Grossa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte de V. Exa., e já sabíamos de antemão, quando de outras vezes passamos por esta tribuna, que V. Exa. já se fazia presente com os problemas relacionados com minha cidade e minha região. Quando citávamos o péssimo estado das estradas da região, V. Exa. fazia prontamente com que nossa posição na tribuna fosse alicerçada com a sua colaboração.

também neste nosso posicionamento, queríamos dizer que o Canal de Televisão de nossa cidade, a TV-Esplanada Canal 7, que sempre levou ao ar a todos os telespectadores, nunca se fez presente num sentido contrário aos interesses do povo...

O SR. GABRIEL SAMPAIO - (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro à Mesa chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum para prosseguimento da Sessão.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE - Responderam a chamada 29 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

Com a palavra, o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. ENÉAS FARIA - (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria, sem consultar o aspecto ético, consultar à Mesa, regimentalmente, temos instrumento para, no Grande Expediente, enquanto se encontra usando a tribuna um Sr. Deputado, pode-se pedir verificação de quorum? Essa é a primeira pergunta.

A segunda, se a Mesa efetivamente manda assinalar os presentes para os devidos efeitos.

O SR. PRESIDENTE - Em qualquer tempo, é permitido que o Deputado peça verificação de quorum, quando, porventura, nota a ausência de deputados no plenário.

Em segundo, a Mesa informa que manda anotar devidamente as faltas dos Srs. Deputados, quando ocorre um pedido de verificação de quorum.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Continuando, queremos estender em nome da família pontagrossense, os agradecimentos pela participação efetiva dos Sr. Governador do Estado, em atender os reclamos deste Deputado, do Deputado David Federmann, do Sr. Prefeito e do Sr. Presidente da Câmara Municipal de minha cidade, enfim, da comunidade toda, pelas diversas audiências que teve S. Exa. com o Sr. Ministro para a solução do impasse criado.

E queremos também nos reportar que a TV Canal 7, por sua vez, impediu que o Canal 4 fizesse aquela transmissão, apesar desse Canal ter ali uma torre de transmissão e isso se deu sem que nenhuma autoridade constituída tivesse um ato

de represália ao canal de televisão da minha cidade.

Outro assunto nos traz à tribuna nesta tarde, é com referência a um dos nossos projetos já apresentados nesta Casa, e que diz respeito a criação do Instituto de Florestas do Paraná, projeto este meramente autorizatório a S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

Sabemos, através de informações, de que o Diretor Geral da Secretaria da Agricultura faz com que, atualmente, uma nova norma de trabalho seja implantada naquela Secretaria e quando na presença na próxima quarta-feira, do Sr. Secretário de Agricultura nesta Casa, iremos entrar em entendimento com aquela autoridade de que os diversos projetos de viabilidade ali a serem estudados, de que as diversas normas ali a serem implantadas, fazem com que a política florestal do nosso Estado, no dia de hoje, esteja quase que totalmente constituída. A falta de recursos para a implantação de novos estudos, de novas normas administrativas carentes e necessárias ao atual Estado do Paraná, faz com que nós, novamente desta tribuna, entremos no mérito da Secretaria da Agricultura.

Temos nesta Secretaria, um Departamento do Instituto de Defesa do Patrimônio Natural, onde foi abordado nesta Casa pelo Presidente de nosso Legislativo, ilustre Deputado Paulo Camargo, que também se fazia presente na preservação do patrimônio natural do Paraná, e para ilustrar os Srs. Deputados, o estado de carência no qual se encontra todo o território paranaense, faz com que milhões de árvores a serem plantadas para atingir o índice mínimo de vinte por cento da cobertura vegetal do nosso patrimônio natural, e estamos neste instante ilustrando esta Casa de que nos últimos dez anos, através de todos os incentivos fiscais dados pelo Governo Federal, foram feitos o replantio de 700 milhões de árvores. Se há carência de bilhões, notem os Srs. Deputados, qual é o prazo a ser reflorestado o Paraná, se os incentivos fiscais dados pelo Governo Federal, faz com que o imposto de renda de nossa pessoa física e jurídica seja atingido em 77 com índices mínimos de quota de 12,5 por cento, quota esta que será realmente o desastre para o Paraná, e consequentemente, um desastre para nós que representamos o Paraná.

Queremos que o atual Governo se situe numa política a longo prazo na esfera administrativa da Secretaria sejam ativados os estudos, principalmente carentes de custeio. Que se determine através do órgão administrativo do Estado, a Secretaria administrativa para fazer com que os estudos representados pelos estudos da Secretaria fossem de dispêndios de matéria carente de imediata solução por parte do Governador do Estado.

Em nosso pronunciamento queríamos fazer ciente de que nas atividades futuras estejam todos os Deputados na defesa do patrimônio natural do Estado do Paraná.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, segundo orador inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO Sr. Presidente, Srs. Deputados

Propomos na sessão de hoje, apelo ao Sr. Secretário da Saúde Pública e Bem Estar Social, sugerindo a instalação e a ativação dos comandos sanitários permanentes, os quais deverão agir junto a bares e restaurantes, cujas condições de higiene colocuem em risco a saúde de seus frequentadores.

Requeremos ainda, que se enfatize junto ao titular da Pasta da Saúde e Bem Estar Social, a necessidade da realização de intensa campanha efetiva, através de todos os meios de comunicação, cujo objetivo principal seja esclarecer os senhores proprietários de bares e restaurantes, assim como balconistas e

demais funcionários, da importância da adoção e emprego dos mais salubres preceitos de higiene.

(Lendo) "Sr. Presidente, é óbvio que pela dimensão ascensional e pela gravidade de que por si representa o problema, justificativas ao requerimento que apresentamos são praticamente desnecessárias. Entretanto, nós enumeramos e comentamos para efeito de ilustração e análise.

Inapelavelmente, quem se utiliza dos serviços prestados por determinados bares e restaurantes, está de forma sub-reptícia, condenado ao trajeto "bar-farmácia" e não livre de estendê-lo ao hospital e até mesmo ao cemitério.

É pois, o consumidor, vítima do consumo.

Ingere alimentos expostos nas mais diversas formas, ignorando-lhes a origem e a preparação. Tenha ele certeza, entretanto, de que pastel que come foi feito com a carne da almôndega que ontem sobrou. Para disfarçar-lhe o estado de conservação, proprietários de bares e restaurantes, valem-se dos mais escusos processos, entre os quais o emprego de corantes artificiais e de substâncias químicas, tóxicas pela natureza de fabricação".

É configurado então, na ordem direta de adjetivação, o "envenenamento em massa, da massa, pela massa".

A manipulação, a confecção dos chamados sub-refeições, é digna da execração pública. Nesse processo verificamos total desprezo aos mais rudimentares preceitos de higiene e limpeza. As mesmas mãos que preparam o pastel ou o cachorro-quente, manipulam dinheiro, recebendo e dando troco, retornando às atividades culinárias.

Se o usuário de certos bares e restaurantes tomassem a atitude de observar as cozinhas desses "sujismundinhos", certamente ele não mais retornaria.

É fantástica, ultrajante a convivência, o co-existencialismo que se prepara para servir a mesa e a imundície. Esta reina plenamente.

E assim, o consumidor, os frequentadores de bares e restaurantes, são as vítimas, forçadas, desse círculo, de avisadas contagioso, expondo-se indefensável e continuamente à contração de diversas doenças transmissíveis, notadamente hepatite, rubéola, meningite, coqueluche, poliomielite, cólera, desenteria amebiana, protozooses em todas suas variações e outras mais.

O jornal "Folha de São Paulo", em sua edição de sexta-feira, veiculou importante matéria abordando o problema objeto do nosso requerimento, apontando suas causas, efeitos, terminando por apresentar sugestões para seu equacionamento, não sem aprofundar-se em suas complexidades.

(Continua lendo): "Ocupamos a tribuna desta preclara e soberana Casa Legislativa, para patentear nossa disposição de estarmos sempre alertas, estudando, pesquisando, ouvindo os clamores que se erguem para, suficientemente baseados, levar ao conhecimento do órgão responsável, dos canais competentes, as sugestões de importância capital. Nesta que elas sejam ouvidas e atendidas, principalmente quando o escopo e a vida, a integridade física de nossos concidadãos.

Enfocamos, para ilustrar, trecho da reportagem que lemos à página 25 do jornal já citado, em sua edição de 16 do corrente: "Bactérias são microorganismos que podem ser transmitidos de diversas formas, entre elas as mãos. Um balconista que toca um pão ou um pedaço de bolo, com as mãos contaminadas por bactérias patogênicas, certamente estará provocando uma disseminação de bactérias. E isto acontecerá todas as vezes em que ele tocar os alimentos ou utensílios, seja uma, dez ou cem vezes ao dia, porque as bactérias se multiplicam com enorme rapidez. E elas se contam aos milhões, principalmente quando não são ado-

tados determinados cuidados para eliminação". E sugere, em seguida: "numa linha de caráter mais genérico e apenas paliativo, é aconselhável às pessoas que manipulam alimentos lavar as mãos antes dessas atividades."

Vale aí, o segundo item de nossa sugestão, constante em nosso requerimento, e que preconiza, paralela à ativação dos comandos sanitários permanentes, a campanha educativa educativa junto ao proprietários de bares e restaurantes no sentido de que concorram também para com a luta pela erradicação de todas as moléstias provocadas pela contaminação, via manual ou bucal, adotando em seus estabelecimentos, eficientes e racionais medidas saneadoras, higienizadoras. Seriam medidas salvadoras, também!

Coerentemente não ignoramos os encargos que sobrecarregam donos desses estabelecimentos. Impostos, aluguéis, salários, são fatores que subjetivamente determinam tal estado de coisas. Entretanto, a aplicação de recursos na adoção de meios, na adoção de meios, na aquisição de equipamentos e utensílios necessários à higienização e esterilização dos produtos à venda, redundam em aumento de capital, um fator de enriquecimento.

Todos esses propostos são subsídios que oferecemos ao que pretendemos - **ATIVAÇÃO DE COMANDOS SANITÁRIOS PERMANENTES E INTENSA CAMPANHA EDUCATIVA.**

Continuamos nos bares e restaurantes. É enorme a movimentação nesses estabelecimentos, principalmente nos que se centralizam em grandes cidades, (Curitiba, Ponta Grossa, eixo Londrina - Maringá, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Cascavel, Paranavaí) e neles, a xícara que é servida ao freguês que nos antecedeu é a mesma dez segundos depois. Inadvertidamente estamos transportando para o nosso lar, o que contraímos minutos atrás.

É sabido, é de conhecimento geral que a esterilização por água fervente, só se efetua se os utensílios permanecerem imersos por um determinado tempo, superior a dois minutos, sob uma temperatura nunca inferior a 92 graus centígrados. Falamos da tribuna e nos confessamos vítimas. Servimo-nos de cafezinho em xícaras que nos foi oferecida após ter passado por um rápido, mergulho em água que nem desprendia fumaça, segundos após ter sido utilizada momentos antes pelo freguês que nos precedeu.

É de nosso conhecimento toda a processualização já encetada pelo organismo responsável, ou seja, a Secretaria de Saúde Pública, que por diversas vezes procurou, através de comandos de fiscalização, estender medidas punitivas aos praticantes dessa modalidade de envenenamento. Sabemos, entretanto, da efêmera duração desses movimentos. E é por isso que enfatizamos a necessidade de se imprimir caráter de continuidade à existência, à ação dos comandos sanitários.

Ainda valendo-nos da reportagem da "Folha de São Paulo", releamos o que lemos - "Em 1947, o sanitarista Dácio Cristóvão, fez um estudo a respeito das condições de higiene dos bares de São Paulo. Paricentemente recolheu e analisou mais de 1.500 utensílios normalmente empregados em bares do centro da cidade. Publicou mais tarde suas conclusões, e estas, inevitavelmente, apontaram uma série enorme de deficiências e problemas, cuja existência, punha em risco a saúde da população. Não foi aquela, entretanto, a primeira vez que se falou no assunto em São Paulo. Houve promessas, ameaças, comandos de fiscalização, justificativas de proprietários, multas, planos - e dois ou três meses depois, tudo era esquecido". Aí novamente, a validade de nossa reivindicação, quanto à permanência dos comandos - que as atividades dos comandos sanitários não obe-

deçam a uma delimitação de tempo, que perdure para o paranaense mais e mais, sadiamente.

Há de se lutar pela conservação, da fauna, da flora, do meio ambiente, mas se se descurar do homem, quem por eles lutará? Os índios de antes de Cabral morriam de velhice pois a população do Brasil à época do descobrimento, não vivia sob o perigo de qualquer doença grave e hoje nós nos envenenamos com o que utilizamos para nossa nutrição.

Operários e toda gama de funcionários, cujos locais de trabalho situam-se nos centros das cidades, impossibilitados de se dirigirem às suas residências à hora das refeições, obrigam-se a recorrer a uma frugal refeição, pobre em todos os sentidos. Impossibilitados pelos horários convencionados de prestação de serviços, de chegar até suas casas, transformam-se em rotineiros frequentadores do bar ou restaurante mais próximo e ali auto-envenenam-se lentamente, pois conforme estudo realizado pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, de acordo com o que reporta o jornal "Folha de São Paulo", os "empregados de bares e restaurantes, com poucas exceções, não se submetem a determinados preceitos de higiene pessoal." O exemplo mais contínuo é o já citado anteriormente, quando denunciávamos que as mesmas mãos que nos preparam e servem um sanduíche, cobram e passam troco, manuseando dinheiro, um dos mais conhecidos fatores de transmissão de moléstias. Um outro estudo, anunciado na mesma reportagem, denuncia que apenas 15 por cento dos utensílios normalmente postos em uso em bares, podem ser considerados em condições sanitárias satisfatórias. Ainda mais adiante, a mesma reportagem intitulada "Nos bares, um displicente costume de muitos perigos", reforça, respalda, estriba e dá validade à nossa por si só já é válida proposição, ao comentar que "estudante do Departamento de Microbiologia e Imunologia Aplicadas na Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, tinham encontrado, ao analisar xícaras e outros utensílios arrecadados em bares, um índice de aproximadamente 85 mil bactérias. Pesquisa efetuada anteriormente por esse Departamento, encontrou bolinhos (kibes) contaminados até por bactérias como a "Entamoeba Colli", normalmente encontradas no intestino". E logo a seguir: "as possibilidades de contágio por bactérias são, pois ilimitadas". E mais adiante: "Xícaras e copos são considerados os veículos mais comuns e contaminação, porque eles são levados à boca e utilizados consecutivamente por elevado número de pessoas sem a adoção de cuidados mínimos para sua esterilização". "Existem estudos tentando provar que certos tipos de vírus também podem ser facilmente transmitidos por esse caminho. Embora a permanência e a transmissão dos vírus em objetos não seja comum, sabe-se por outro lado que certos vírus são extremamente resistentes".

Finalmente, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, ~~rendamos~~ graças e aplausos ao espírito jocoso e galhofeiro do brasileiro que é capaz de transformar em piada, os resultados de uma tragédia. Prova é o motorista de caminhão que divulga no pára-choque, de maneira cômica, os dissabores da existência, rindo-se deles. E nos bares, ainda nos subsidiando com os elementos veiculados na reportagem que lemos, os frequentadores chamam os garçons e lhes pedem - "café, pão com manteiga e sorrísal" ou "um bolinho, um café e um padre, por favor". Também os produtos de consumo foram rebatizados. Assim, o balconista logo entende e sabe o que servir quando anota o pedido de "adeus mãezinha", "veja-te na missa do 7º dia", "extrema unção" e outros mais. Automaticamente, o garçon já prepara um misto quente, um bolinho de carne e outro sanduíche pretendido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Governo Central não se mostra coerente quando alardeia seus propósitos de busca do

bem-estar social do homem ou quando propaga que "seu objetivo é o homem", ao divulgar o Orçamento da União. Incoerentemente, a dotação menor é justamente a destinada à Saúde Pública. Dessa regra não é exceção o Governo do Estado, talvez vítima do que vem de cima, talvez vítima de sua própria dependência. Os gatos com a saúde pública são insignificantes em relação aos dispendidos por outras pastas governamentais, consideradas de somenos importância dentro do atual quadro dentro do atual quadro sócio-econômico brasileiro.

Antes de para aqui virmos, como representantes de uma parcela do povo paranaense, perante à qual contas temos a prestar, conhecíamos o atual Secretário de Saúde Pública e Bem-Estar Social, o Deputado Arnaldo Busato.

Pela sua condição de médico, dinamicidade parlamentar e pelos trabalhos já realizados anteriormente quando à frente da mesma Pasta, nos tranquilizamos quanto à receptividade, à acolhida que merecerá de sua parte, esta nossa reivindicação, essa nossa sugestão.

Estamos convictos que nossa voz não se perderá pelos quatro cantos deste Palácio "19 de Dezembro", e que nosso requerimento não se perderá entre os papéis de sua mesa de trabalho.

Antevemos os frutos, os benéficos resultados que advirão com o acatamento e a prática do que solicitamos" — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência anuncia que se encontra nesta Casa Legislativa S. Exa. o Desembargador Henrique Nogueira Dorfmond, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. Para que os Srs. Deputados cumprimentem S. Exa., no Salão Nobre desta Casa, suspendo a sessão por 10 minutos. — (É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Com relação à emenda proposta pelo nobre Deputado Trajano Bastos, esta Presidência tem a informar que já está encerrado o prazo de apresentação de emendas, de acordo com o artigo 198, do Regimento Interno, modificado pela resolução nº 2/71, de 6 de maio de 1971.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 34/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 28/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e a de Viação e Obras Públicas com o Município de Telêmaco Borba, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia Pública, naquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 35/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 230/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Prefeitura Municipal de Faxinal, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia no referido município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 14/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 13/75, que objetiva autorização para alinear os bens imóveis que especifica e que foram arrecadados pelo Estado, nos Autos de Arrecadação de Bens Jacentes sob o nº 25/A/58, da Comarca de Rio Negro, Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 112/74, de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Munhoz de Mello. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 137/74, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, 1 (um) Rolo Compressor Muller Tandem ano de 1962, de propriedade da Secretaria dos Transportes — DER. Pareceres favoráveis da C.C.J., e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 166/72, de autoria do Deputado Antonio Lopes Júnior, que transfere à responsabilidade do DER, a Estrada que liga os Municípios de Irati e Inácio Martins, passando pelas localidades de Rio Corrente, Rio Preto, Guaramirim, Governador Ribas, Água Clara e Serro do Leão. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 166/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica transferido à responsabilidade do DER a estrada que liga o município de Irati, ao município de Inácio Martins, passando pelas localidades de Rio Corrente, Rio Preto, Guamirim, Governador Ribas, Água Clara e Serro do Leão, até o início do quadro urbano do município de Inácio Martins.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1972.

a) ANTONIO LOPES JUNIOR

JUSTIFICAÇÃO:

Inácio Martins é um município de grande futuro. Inúmeras fábricas, aliadas à pecuária e à agricultura, contribuem para o aumento da renda per-capita do povo brasileiro. As localidades citadas no artigo primeiro deste projeto, estão na mesma linha de Inácio Martins, produzindo, lutando pelo progresso. É justo que recebam do Estado do necessário amparo no setor rodoviário, para que seus produtos não fiquem à mercê do tempo e possam ser transportados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 166/72

AUTOR: Deputado ANTONIO LOPES JUNIOR

SÚMULA: Transfere à responsabilidade do DER a Estrada que liga os municípios de Irati e Inácio Martins, passando pelas localidades que especifica.

PARECER:

O Plano de Lei ora submetido à apreciação desta Comissão de autoria do nobre Deputado Antonio Lopes Junior, objetiva transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem a con-

servação da estrada que liga Irati e Inácio Martins, passando pelas localidades de Rio Corrente, Rio Preto, Guamirim, Governador Ribas, Água Clara e Serro do Leão.

Mencionado Projeto está devidamente justificado na forma regimental e não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional.

Quanto a sua oportunidade nada a opor.

Em face das razões acima expendidas, somos pela sua APROVAÇÃO.

É o RELATÓRIO.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO – Presidente

a) IGO LOSSO – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 166/72

AUTOR: Deputado ANTONIO LOPES JUNIOR

SÚMULA: Transfere à responsabilidade do DER a Estrada que liga os Municípios de IRATI e INÁCIO MARTINS' passando pelas localidades que especifica.

PARECER:

Objetiva o referido Plano de Lei de autoria do nobre Deputado ANTONIO LOPES JUNIOR, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem a conservação da estrada que liga os municípios de Irati e Inácio Martins, passando pelas localidades de Rio Corrente, Rio Preto, Guamirim, Governador Ribas, Água Clara e Serro do Leão.

O projeto foi devidamente justificado pelo Autor, recebendo o Douo parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Como se trata de um Plano de Lei que visa atender várias localidades, interligando dois importantes municípios do Estado, observa-se que é oportuno e de grande valia.

Nestas condições, como o Projeto não fere nenhum dispositivo de ordem legal, nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO. É o RELATÓRIO.

Sala das Comissões, em de abril de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 52/74, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo construir prédio destinado ao funcionamento do Ginásio Estadual na sede do Distrito de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 52/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizado o Poder Executivo, a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento de um Ginásio Estadual na sede do Distrito de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º – As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1974.

a) ODILON REINHARDT

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Santa Lúcia, no município de Capitão Leônidas Marques, tem apresentado vertiginoso crescimento nos últimos anos, acompanhando desta forma como é natural, o desenvolvimento de toda a região oeste do Estado.

Tal evolução, provoca também é claro, o afluxo de novas populações àquela região, trazendo em consequência razoável aumento do índice demográfico ali verificado até antes do fenómeno desenvolvimentista ali implantado, através da adoção de novas formas de culturas.

Por esta razão, achamos por bem, apresentar o presente plano de Lei, uma vez que já é bastante elevado o número de crianças com o curso primário já concluído e que, necessitam prosseguir em seus estudos.

Como é natural, são inúmeras as dificuldades encontradas pelos mesmos para a evolução de seu aprendizado, uma vez que, não possui a sede de seu distrito um ginásio estadual.

E muito pouco são os que, dispõe de recursos próprios que lhes permitam estudar em outros municípios ou até mesmo na sede do município de Capitão Leônidas Marques.

Temos portanto a absoluta certeza de que, o presente plano de Lei, encontrará em face de tudo o que até o presente momento foi exposto, todo o apoio dos nobres deputados com assento nesta Casa, a oportunidade de dotar a sede do Distrito de Santa Lúcia, no município de Capitão Leônidas Marques de condições para que aquela região tenha cada vez mais um desenvolvimento maior, em benefício não só de sua gente, mas de toda aquela região e em contra partida de todo o Paraná

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 52/74

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a construir um prédio, destinado ao funcionamento de um Ginásio Estadual no município de Capitão Leônidas Marques.

Autor: Deputado ODILON REINHARDT

I – O Projeto está bem fundamentado e tem objetivo a construção de mais um colégio no interior do Estado.

Num País em franco desenvolvimento, todas as iniciativas desta natureza devem merecer o apoio total dos nobres pares desta Assembléia.

II – Tratando-se de medida autorizatória, nenhum impedimento existe que possamos antepor ao presente Plano de Lei. Pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1974.

a) MAURÍCIO FRUET – Presidente

a) IVO THOMAZONI – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 52/74

1 – Subscrito pelo nobre Deputado Odilon Reinhardt, visa a presente proposição autorizar o Poder Executivo a construir

através da Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento do Ginário Estadual na sede do Distrito de Santa Lúcia, Município de Capitão Leônidas Marques.

2 - Este projeto de lei já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 - Trata-se de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo de aceitação ou não. Quanto ao aspecto financeiro que cabe nesta oportunidade de examinar, não vemos qualquer impedimento para deixar de acolhê-la nesta Comissão

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 6 de agosto de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

a) ANTONIO LOPES JUNIOR - Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 52/74

Através do presente Projeto de Lei nº 52/74, visa o nobre Deputado Odilon Reinhardt, autorizar o Poder Executivo a construir um prédio destinado ao funcionamento de um Ginásio Estadual no Município de Capitão Leônidas Marques.

Com relação ao referido Projeto, já se manifestaram as Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Quanto ao nosso parecer, temos a opinar pela sua APROVAÇÃO, já que entendemos que num País como o nosso, em franco desenvolvimento, a educação deve merecer das autoridades constituídas cuidados primordiais. Quando mais escolas forem construídas, mais esclarecido estará o nosso povo.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em

a) ROSÁRIO PITELLI - Presidente

a) EDILSON ALENCAR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 53/74, de autoria do Deputado Aryzone M. de Araujo, que autoriza o Poder Executivo criar como entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Cidade de Francisco Beltrão, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 53/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada em entidade de Fundação Estadual, a FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE FRANCISCO BELTRÃO.

Art. 2º - A fundação, terá regulamento próprio, aprovado por Decreto do Governador, e gozará de autonomia administrativa e financeira na forma da legislação em vigor.

Art. 3º - O patrimônio da Fundação será constituído:

- a) - pelos bens móveis, imóveis e equipamentos que lhe forem expressamente destinados;
- b) - pelos saldos dos exercícios financeiros; e
- c) - pelos auxílios de doações e legados recebidos de entidades Federal, Estadual e Particulares.

Art. 4º - A receita da Fundação será proveniente de:

- a) - auxílios constantes do Orçamento do Estado, sob forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos;
- b) - auxílio e contribuição constantes do Orçamento da União e dos Orçamentos dos Municípios;
- c) - taxas e emolumentos escolares;
- d) - rendas patrimoniais;
- e) - rendimentos de serviços prestados; e,
- f) - auxílios e contribuições de entidades públicas e particulares, de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 5º - A Fundação será administrada pelos seguintes órgãos

- a) Conselho de Curadores;
- b) Congregação;
- c) Diretoria;
- d) Conselho Departamental; e,
- e) Departamentos.

§ 1º - O Conselho de Curadores, composto de seis (6) membros, nomeados pelo Governador, terá a função de aprovar o Orçamento Anual da Fundação, fiscalizar a sua execução e autorizar atos do Diretor não previstos no regulamento;

§ 2º - A Congregação será constituída pelos professores Catedráticos, Professores de Ensino Superior, Professores Interinos, Regentes de Cátedras vagas, representantes dos demais Docentes e do Corpo Discente;

§ 3º - O Diretor será nomeado pelo Governador para cargo em Comissão, com o mandato de dois (2) anos, dentre professores em exercício, eleito em lista tripartite pela congregação, podendo ser reconduzido duas (2) vezes;

§ 4º - O Conselho Departamental será composto pelos chefes de departamento e de representantes do corpo discente; e,

§ 5º - Os Departamentos serão organizados na forma como dispuser o Regimento Interno da Fundação.

Art. 6º - Os Membros de Conselho de Curadores terão mandato de seis (6) anos renovável um terço (1/3) de dois (2) em dois (2) anos.

§ 1º - O Conselho será nomeado pelo Governador, dentre pessoas de reconhecida capacidade e de ilibada reputação, sendo dois (2) membros por dois (2) anos, dois (2) por quatro (4) anos e dois (2) por seis (6) anos; e,

§ 2º - As vagas serão preenchidas por nomeação do Governador, por membros indicados em lista tripartite pelos membros restantes do Conselho de Curadores.

Art. 7º - Fica fixado em trinta e dois (32) o número de matérias que constituirão os currículos mínimos dos cursos de: Licenciatura em Ciências; Geografia; História; Letras; e Licenciatura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Francisco Beltrão.

§ 1º - As matérias mencionadas neste artigo terão as seguintes denominações:

- a) - Licenciatura em Ciências:
 - 1 - Matemática
 - 2 - Física
 - 3 - Química
 - 4 - Ciências Biológicas
 - 5 - Elementos de Geologia
 - 6 - Desenho;
- b) - Geografia:
 - 1 - Geografia Física
 - 2 - Geografia Biológica
 - 3 - Geografia Humana
 - 4 - Geografia Regional

- 5 - Geografia do Brasil
- 6 - Cartografia
- 7 - Sociologia
- 8 - Antropologia Cultural;
- c) - História:
 - 1 - História Antiga
 - 2 - História Medieval
 - 3 - História Moderna
 - 4 - História Contemporânea
 - 5 - História da América
 - 6 - História do Brasil
 - 7 - Sociologia
 - 8 - História da Filosofia.
- d) - Letras:
 - 1 - Língua Portuguesa
 - 2 - Literatura Brasileira
 - 3 - Literatura Portuguesa
 - 4 - Língua Latina
 - 5 - Lingüística
 - 6 - Língua Inglesa e norte Americana
 - 7 - Teoria da Literatura;
- e) - Licenciatura:
 - 1 - Psicologia, Adolescência e Aprendizagem
 - 2 - Elementos da Administração Escolar
 - 3 - Didática e Prática de Ensino, sob forma de estágio supervisionado

§ 2º - A seriação de matéria será elaborada pelo Conselho Departamental e aprovada pela Congregação, devendo constar de Regimento Interno da Faculdade, ficando a matéria sujeita à homologação dos Conselhos Estadual e Federal de Educação.

Art 8º Para regularizar o funcionamento da Faculdade de Filosofia, fica criado o Quadro Próprio da Fundação, composto de

- 1 (um) Diretor
- 32 (trinta e dois) Professores Catedráticos
- 32 (trinta e dois) Professores de Ensino Superior
- 32 (trinta e dois) Professores Instrutores
- 15 (quinze) Professores Assistentes
- 1 (um) Secretário
- 1 (um) Oficial Administrativo
- 1 (um) Arquivista
- 1 (um) Contador
- 1 (um) Bibliotecário
- 1 (um) Datilógrafo
- 2 (dois) Laboratoristas
- 2 (dois) Escriturários
- 1 (um) Inspetor de alunos
- 1 (um) Almoxarife
- 2 (dois) Serventes

§ 1º - A escolha do secretário deverá recair em pessoas estranhas ao Quadro do Estabelecimento, e deverá ser portadora de título universitário; e,

§ 2º - Os níveis de vencimentos dos cargos criados pelo presente artigo serão correspondentes às classes únicas ou iniciais das séries de classes do Quadro único do Poder Executivo, e os professores terão nível de vencimentos do ensino superior.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros), destinados a cobrir despesas com a instalação da Faculdade criada nesta Lei.

Art. 1º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de Maio de 1974.

a) ARYZONE M. DE ARAUJO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 53/74
AUTOR: Deputado ARYZONE M. DE ARAUJO

SÚMULA - O presente Projeto de Lei cria em entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Francisco Beltrão e dá outras providências.

NO MÉRITO

Tratando-se de medida do mais alto interesse para aquela prestigiosa região de nosso Estado, que não fere qualquer dispositivo de ordem legal, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1974.

a) PAULO POLI - Presidente

a) WILSON FORTES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 53/74

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado ARYZONE DE ARAUJO, visa criar em entidade de Fundação Estadual, a FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE FRANCISCO BELTRÃO.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devota oportunidade, opinou pela aprovação da propositura.

Não havendo nenhum óbice que se anteponha à tramitação do Projeto, entendemos que o mesmo está em condições de ser ACOLHIDO pela Casa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

a) JOÃO FACEL - Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 53/74

Através do presente Projeto de Lei, visa o nobre Deputado Aryzone Mendes de Araujo, a autorizar o Poder Executivo a criar como Fundação Estadual, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Francisco Beltrão e dá outras providências.

Examinando a matéria e analisando-se as intenções do autor do Projeto, qual seja de dotar aquela promissora região de nosso Estado de um estabelecimento de ensino superior, o nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em de abril de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI - Presidente

a) JURANDIR MESSIAS - Relator

O SR' PRESIDENTE - Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações com o Lions Club de Curitiba, pela realização da XXII Convenção Nacional de Lions Club, nesta Capital. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, objetivando providências junto à Divisão de Registro e Controle Acadêmico daquela Universidade, para abreviar o prazo para registro de diplomas, de vez que atualmente esse setor vem demorando cerca de oito meses para efetuar um registro. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, sugerindo a instalação e ativação de Comandos Sanitários Permanentes, os quais deverão agir junto a bares e restaurantes cujas condições de higiene coloquem em risco a saúde de seus frequentadores, bem como, a necessidade de realização de intensa campanha educativa através de todos os meios de comunicação, cujo objetivo principal seja esclarecer os Srs. Proprietários de bares e restaurantes, assim como balconistas e demais funcionários, da importância da adoção e emprego dos mais salutaros preceitos de higiene. - Em discussão.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Fica adiada a discussão, para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, um rol de questões para o esclarecimento desta Casa, com relação ao funcionalismo público do Estado. - Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Fica adiada a discussão para a próxima Sessão

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Kampa. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Sr. Diretor do DER, objetivando seja reformada a ponte sobre o rio Iguaçu entre os municípios de Curitiba e São José dos Pinhais. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, no sentido de incluir nos estudos da próxima revisão da organização judiciária, a criação de duas varas cíveis, na Comarca de Cianorte. - **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, delcero encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 27/75.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 112/74 e 137/74.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 166/72, 52/74 e 53/74.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 133/74, 148/74 e 175/74.

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 330/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1515/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 em favor de MERCHID BELICH FILHO, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 331/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3685/75, de 18 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar LUIZ FERNANDO FLORES, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para exercer as funções de Chefe da Seção de Acompanhamento Taquigráfico, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 17 de abril de 1975, ficando revogado o DL N. 305/73.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 332/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6671/74, de 9 de agosto de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar, o Decreto Legislativo n. 527/74, de 24 de outubro de 1974, que contou em dobro as férias concedidas à funcionária MARIA DE LURDES SANTOS, ocupante do cargo de nível PL-15, da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, referentes ao ano de 1974.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário.